



----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE** -----

----- **ATA NÚMERO DEZOITO DE DOIS MIL E DEZANOVE** -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão da Casa do Povo em Santo Aleixo da Restauração, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Francisco Valadas Moreno Cerejo, coadjuvado pela Senhora Paula Cristina Barão Ramos e pela Senhora Raquel do Carmo Gomes Martins, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a "Lista de Presenças" (**DOC.01/18**), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

----- José Manuel Martins Batista; João António Ramos Diniz; João Augusto Espadeiro Ramos; António Domingos Combadão Ramalho; Joaquim Augusto Caeiro Batista; Amílcar António Bengla Mourão; Antónia de Jesus Vilar Baião; António José dos Santos Gomes; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Maria da Ascensão Janeiro Batista; João Manuel Ezequiel Lopes Gomes; Maria de Fátima Limpo Rim Farinho; José Manuel Ramos Lérias; Isabel Francisca Barão Migas; Rui Manuel Ramalho Almeida; Francisco Correia Farinho; José Francisco Lúcio Galego; Rui Eduardo Palma Bebiano; Joaquim Mário da Silva Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel; Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias - Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

----- A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores Lurdes da Conceição Pé-Curto



Balola; José Francisco Calado Banha; Ana Maria Charrama Farinho e Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Maria José Machado Canal Gomes, por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Maria da Ascensão Janeiro Batista. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Gabriel Gustavo Boto Ramos, por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Rui Miguel Costa Apolinário, por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor Joaquim Augusto Caeiro Batista. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves, por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor José Manuel Martins Batista. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia António José Gonçalves Monteiro, por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor José Manuel Ramos Lérias. -----

----- Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

----- Após cumprimentar todos os presentes e na falta da Segunda Secretária da Mesa, o Senhor Presidente, para completar o lugar vago na mesa, para secretariar a Assembleia nomeou para Segunda Secretária, a eleita Raquel do Carmo Gomes Martins. Agradeceu à Direção da Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração pela disponibilidade e a cedência do espaço para a realização de mais uma sessão da



Assembleia Municipal para que se continuasse com a descentralização da Assembleia Municipal junto dos munícipes de todo o Concelho de Moura. Deu conhecimento que esteve presente, em representação da Assembleia Municipal, na I Semana Cultural de Santo Aleixo da Restauração, bem como no 160º Aniversário da Banda Filarmónica de Amareleja. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar ao período destinado à análise da correspondência recebida e considerada mais relevante. -----

----- O Senhor Presidente observando não haver inscrições, informou que passariam ao período de intervenção do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

----- Não se verificando intervenções do público, o senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos e informou que iriam passar ao período antes da ordem do dia. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, interveio cumprimentando todos os presentes e gratulando a sua presença na freguesia da qual era presidente, por mais uma descentralização da Assembleia Municipal. -----

----- O eleito Rui Bebiano, solicitou a palavra para reiterar novamente que os documentos que eram distribuídos aos eleitos em formato digital (PDF), pudessem ser pesquisáveis de modo a facilitar o trabalho de preparação da sessão da Assembleia Municipal. -----



----- Relativamente ao pedido reiterado pelo eleito Rui Bebiano, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os serviços iriam, junto do Gabinete de Informática averiguar a situação, sendo posteriormente a informação facultada. ----

----- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos e informou que iriam passar à ordem do dia. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao primeiro ponto da ordem do dia. ----

----- **1. Apreciação e Votação da Ata n.º 14/2019 da Assembleia Municipal, Sessão Ordinária, realizada em 22 de fevereiro. (DOC.02/18)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- Face ao documento em apreço, o eleito João Ramos mencionou que existia discrepância no tratamento das atas, dado que algumas intervenções estavam abreviadas e outras intervenções estavam transcritas na íntegra, pelo que solicitou que houvesse algum cuidado no tratamento das intervenções e daquilo que é colocado na Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as intervenções lavradas na íntegra nas atas, apenas o eram quando o interveniente assim o solicitava.

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro abstenções, aprovar a ata n.º 14/2019 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e dois de fevereiro.** -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. ----



----- **2. Apreciação e votação da Ata n.º 16/2019 da Assembleia Municipal, Sessão Ordinária, realizada em 29 de abril. (DOC.03/18)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado, por maioria, com vinte e um votos a favor e quatro abstenções, aprovar a ata n.º 16/2019 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e nove de abril.** -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **3. Apreciação da Informação do Exmo. Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Moura, acerca da atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara Municipal de Moura, respetivamente nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 35º e no n.º 1, do artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.04/18)** -----

----- Foi presente informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara Municipal, desenvolvida no período compreendido entre o dia dezasseis de abril de dois mil e dezanove, e o dia catorze de junho de dois mil e dezanove. -----

----- Face à informação em causa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou todos os membros da assembleia e executivo da autarquia que foi estipulado um tempo de sessenta minutos para a discussão do documento em apreciação. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----



----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a possível restauração da Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, bem como da Estrada Municipal que liga Santo Aleixo da Restauração a Sobral da Adiça, uma vez que a mesma se encontra em estado avançado de degradação, necessitando urgentemente de intervenção para a sua reparação. -----

----- Para além da questão colocada pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração sobre as obras de reabilitação da Igreja Matriz de Santo Aleixo, a qual era uma preocupação coletiva de todos os habitantes daquela freguesia, a eleita Antónia Baião informou que o processo teve início no mandato anterior, tendo sido contactada a firma MONUMENTA – Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, Lda., a qual efetuou uma avaliação prévia dos trabalhos necessários a efetuar, e uma vez que o senhor Presidente da Câmara recebeu os elementos ligados à igreja para debaterem o assunto, inquiriu qual era a posição do executivo e qual o seu desenvolvimento relativamente sobre a questão efetuada. Seguidamente abordou novamente a questão colocada em Assembleia Extraordinária realizada a cinco de junho, sobre quais as ruas da freguesia de Santo Aleixo da Restauração que iriam ser intervencionadas e pavimentadas. Por último e no que dizia respeito ao projeto da CONTENDA-NATUR, gostaria de saber qual era a taxa de execução física e financeira do projeto, bem como se era ou não pertinente que o mesmo e o seu devido desenvolvimento, fosse apresentado em Santo Aleixo da Restauração, sendo o local mais próximo e cuja população diretamente mais beneficiaria. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, no uso da palavra, agradeceu à Câmara Municipal por todo o apoio prestado na VI Semana Cultural, bem como à Vereadora Lurdes Balola por ter estado presente na sua inauguração. Considerando que a junta à qual presidia, já tinha enviado a documentação solicitada sobre o projeto de construção das casas de banho no espaço multiuso Frederico Vaz Pontes, perguntou ao executivo sobre a decisão relativamente



ao apoio para a sua construção. Continuando alertou novamente sobre o estado de degradação dos arruamentos da Freguesia de Sobral da Adiça, devido à enorme quantidade de ruturas que existiam, causando transtorno à população, acrescentando ainda que caso a autarquia assim o entendesse, a junta estava disponível para ajudar a minimizar o problema existente. Relativamente à Ribeira da Perna Seca perguntou se já estava definida uma data para o início da sua limpeza e se havia alguma solução para substituir as guardas que atualmente eram de corda e que não ofereciam condições de segurança para quem lá circulava. Por último e uma vez que no dia vinte e nove de junho se iria realizar o dia do município na Casa do Alentejo, em Lisboa, referiu que a data escolhida não foi a adequada, pois no mesmo fim-de-semana iria decorrer uma das principais festas da Freguesia de Sobral da Adiça, pelo que apelava à autarquia que em anos futuros e caso decidisse realizar o mesmo evento, tivesse em consideração essa situação. -----

----- Neste momento verificou-se a presença na sessão do eleito Joaquim Augusto Caeiro Batista. -----

----- De acordo com o documento em apreciação e em virtude de a CDU em tempos, ter apresentado uma proposta no sentido da valorização e da capacitação de intervenção no abastecimento de água em baixa, proposta essa que o Partido Socialista recusou argumentando que teria a sua própria solução para intervenção necessária nesse domínio, o eleito João Ramos questionou qual o ponto de situação relativamente a essa matéria, bem como das perspetivas que existiam para intervenção e solução no futuro. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura, iniciou a sua intervenção saudando o povo de Santo Aleixo da Restauração, em especial o senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. Informou que a autarquia estava a efetuar atendimento ao público em todas as freguesias e que até ao final do mandato iria proceder com a sua descentralização, acrescentando ser de maior importância a realização das reuniões, dado que quando as questões e os problemas colocados estavam relacionados com as residências dos munícipes existia a



possibilidade de se poder visitar as respetivas, averiguando de imediato o problema em causa. Indo de encontro às questões colocadas sobre a Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, referiu que o que estava em causa não era apenas a Igreja Matriz de Santo Aleixo, era também a Igreja Matriz de Safara, uma vez que eram dois monumentos nacionais de maior importância para o concelho e os quais não eram propriedade da Câmara Municipal de Moura, pois eram propriedade do estado e sem a sua participação e o seu envolvimento, nada se poderia lá executar. Continuando referiu que a preocupação do executivo não era atual, pois a vinte e nove de agosto de dois mil e dezoito foi efetuada uma visita à Igreja de Santo Aleixo da Restauração com a Doutora Ana Paula Amendoeira, Diretora Regional da Cultura, à qual o executivo apresentou as suas preocupações relativamente ao início da degradação da cobertura, posteriormente dia cinco de setembro houve visitas técnicas, dos técnicos da Direção Regional da Cultura e dos técnicos da autarquia que em parceria começaram a laborar juntos. Informou ainda que no dia dezanove de outubro de dois mil e dezoito foi elaborado, pela autarquia, um auto de vistoria prévia que além de ter substituído o relatório prévio existente, foi validado pela Direção Regional da Cultura do Alentejo, verificando-se assim um grande envolvimento por parte da Câmara Municipal de Moura em todo o processo. Seguidamente, informou que no dia doze de março de dois mil e dezanove a autarquia recebeu orçamentos para a intervenção da Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, em que para o diagnóstico e metodologia de intervenção era cerca de vinte mil e trezentos euros e para os serviços da Câmara, projetos e empreitadas, cerca de cento e dez mil e quinhentos euros. No dia vinte e quatro de abril do corrente ano, por sua iniciativa, foi solicitado, formalmente, à senhora Secretária de Estado da Cultura, que o executivo fosse recebido não só para apresentar o resultado do trabalho efetuado em parceria com a Direção Regional da Cultura, mas também deixar bem sublinhado as preocupações que a Câmara tinha referente às duas igrejas anteriormente mencionadas. Prosseguindo, comunicou que no passado dia dezoito de junho a Câmara reuniu com o pároco de Moura, os responsáveis da Fábrica da Igreja de Santo Aleixo, o senhor Presidente da União de



Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, a chefe da divisão e o técnico responsável da autarquia, na qual foi transmitido todo o historial e o trabalho efetuado em parceria com a Direção Regional da Cultura. Considerando que as igrejas eram património nacional e eram edifícios da responsabilidade do estado, foi transmitido à autarquia pela Diretora Regional da Cultura, que iria novamente falar com os responsáveis do tesouro, que era quem conseguia afixar meios financeiros para obras em edifícios da responsabilidade do estado, para tentar garantir que as respetivas igrejas fossem alvo de investimento, uma vez que numa primeira abordagem com os responsáveis do tesouro, o valor avançado pelos mesmos era de cem mil euros, valor com o qual não era possível executar todo o trabalho necessário. Salientou não permanecer de parte a possibilidade de se concertar uma medida de contestação face aos graves problemas existentes nas respetivas igrejas, acrescentando que a autarquia não colocaria de parte a possibilidade de vir a ser dona da obra, nem do investimento que fosse necessário efetuar, apenas entendia que o estado deveria assumir as suas responsabilidades ajudando a resolver os problemas no que dizia respeito às igrejas. No que dizia respeito ao estado da Estrada Municipal que ligava Santo Aleixo da Restauração a Sobral da Adiça, e tendo sido aprovado um empréstimo no qual estavam consignados trezentos mil euros para pavimentação nas freguesias do concelho, indicou que tanto a Estrada de Fernão Teles, como a estrada em causa iriam ambas ser intervencionadas. Sobre a questão colocada pela eleita Antónia Baião relativamente às ruas que iriam ser intervencionadas e pavimentadas, explicitou que assim que o processo estivesse concluído, seria comunicadas quais as ruas que iriam ser intervencionadas, mas que devido ao orçamento existente para aquele fim, primeiramente seriam resolvidas as situações mais graves, sem esquecer a repintura da estrada entre Póvoa de São Miguel e Mourão. Quanto à questão da firma MONUMENTA, disse não ter conhecimento sobre o assunto. Relativamente ao apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, para a construção das casas de banho no espaço multiuso Frederico Vaz Pontes, reportou que não existindo projeto era necessário elaborar o referido projeto, tal como agendar uma reunião de trabalho



para se clarificar todas as questões resolvendo os problemas associados à intervenção em causa. Sobre a Ribeira da Perna Seca apenas faltava um orçamento, e se tudo corresse como planeado, em finais de julho estar-se-ia em condições de dar início aos trabalhos. Quanto à questão do abastecimento de água em baixa, a autarquia estava a conversar com mais municípios sem deixar de fazer aquilo que lhe competia, que era defender os interesses do município para que houvesse uma boa gestão da água em baixa, frisando que após a conclusão e o resultado do acordado, o executivo transmitiria e justificaria a sua decisão perante os vereadores da oposição e dos eleitos da Assembleia Municipal. -----

----- No uso da palavra e sobre o evento do dia do Município na Casa do Alentejo, em Lisboa, o vereador Manuel Bio reportou que tentou-se que o evento fosse o mais próximo das comemorações do Feriado Municipal, e o único sábado que a Casa do Alentejo deu como hipótese e que estava disponível, foi o fim de semana de vinte e nove de junho e que no próximo ano o executivo iria ter em consideração, evitando que as datas de sobrepusessem, efetuando a sua marcação atempadamente. No âmbito do projeto da CONTENDA-NATUR, clarificou que ainda se encontrava na fase de estudo, e que até final de junho, seria entregue pelos gabinetes eleitos para o efeito, a sua especialidade e a sua arquitetura, informando também que a autarquia aguardava que as empresas especializadas em percursos, finalizassem as propostas de sinalização e marcação para se poder dar início à execução do referido projeto, o qual era suposto estar finalizado durante o próximo ano. Sobre a questão da apresentação disse que o projeto foi apresentado na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), a qual era a feira única e exclusivamente para o efeito, porque em termos de posicionamento turístico era extremamente importante falar-se da Contenda aos operadores turísticos e iniciar-se a pré venda de um produto que o concelho iria ter em dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, pelo que de momento o mais importante não era fazer publicidade, mas sim executar a obra, concluindo que quando a respetiva obra estivesse finalizada, tanto o povo de Santo Aleixo de Restauração, como do Concelho serão convidados a visitarem



a Herdade da Contenda, para observarem o que de melhor esta tem para oferecer, quer em termos turísticos, quer em termos locais. -----

----- A eleita Antónia Baião agradeceu os esclarecimentos efetuados pelo vereador Manuel Bio no tocante à CONTENDA-NATUR, contudo achava ser importante que as populações mais próximas e os territórios que numa primeira abordagem seriam mais beneficiados, saberem exatamente o que iria acontecer na Herdade da Contenda, acrescentando que apesar de se ter consciência da importância simbólica que a Herdade tinha para Santo Aleixo da Restauração, não era desapropriado envolver a população daquela freguesia naquilo que era o projeto. Por último e no que dizia respeito à Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, realçou achar estranho que o trabalho realizado pelo anterior executivo, não tivesse sido transmitido ao executivo atual, ou seja, não tivesse havido a passagem do testemunho sobre o assunto em apreciação. -----

----- Novamente no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, frisou que não houve a passagem do testemunho sobre a situação da Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, observando que o executivo estava a fazer o que lhe competia, estando sempre em contacto directo com as paróquias e com os seus responsáveis, desde o primeiro momento que os munícipes e o Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração abordaram a questão junto da autarquia, a qual apenas ficaria satisfeita quando o problema das duas igrejas estivesse resolvido. -----

----- Para clarificar, o vereador Manuel Bio alegou não estar em desacordo com a eleita Antónia Baião no que dizia respeito à apresentação do projeto da CONTENDA-NATUR na Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, estavam era em desacordo sobre os *timings* das apresentações, tornando a frisar que a apresentação seria realizada quando a obra estivesse em execução. Relativamente à avaliação prévia que a firma MONUMENTA efetuou na Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, solicitou à eleita Antónia Baião que, facultasse à Câmara Municipal cópia da documentação do trabalho já realizado, uma vez que a mesma seria futuramente útil. -



----- Sendo a zona Norte da Igreja Matriz de Safara parte integrante da mesma, o eleito José Galego questionou a eleita Antónia Baião, presidente cessante da União da Freguesia de Safara e Santo Aleixo da Restauração, o porquê de apenas ter sido reabilitada uma parte da igreja, tendo ficado a zona norte por intervencionar. -----

----- A eleita Antónia Baião interveio para informar que a obra da Igreja Matriz de Safara foi executada pela Câmara Municipal e que os técnicos da autarquia saberiam dar respostas técnicas e circunstanciadas sobre a questão colocada pelo eleito José Galego no tocante à zona Norte da respetiva igreja, mas de acordo com as informações fornecidas na altura pelo presidente da Câmara cessante, a firma MONUMENTA descobriu figuras que foram analisadas em termos históricos e de importância arqueológica que ao se efetuar o seu restauro iria fazer com que se perdessem definitivamente. Sobre o pedido efetuado pelo vereador Manuel Bio, comunicou que o que tinha eram informações escritas e que posteriormente iria facultar à autarquia toda a informação que tinha em seu poder. -----

----- O eleito João Ramos, disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha sido claro relativamente à matéria em discussão, no entanto não poderiam nunca esquecer que a responsabilidade era do estado central, o qual de momento era gerido pelo Partido Socialista, e embora se tentasse perceber qual o executivo que tinha a maior possibilidade de intervenção, existia um problema do estado central que estava relacionado com a transferência de competências, ou seja, a disponibilidade que a autarquia tinha para aceitar as competências na área da cultura iria agravar a situação, fazendo com que a dificuldade de intervenção nas respetivas igrejas fosse maior. Por último e para concluir alegou que existia uma responsabilidade do estado central, ao qual deveria ser exigido o seu cumprimento, independentemente de quem tivesse a responsabilidade nos ministérios ou secretarias do estado da cultura, quer fosse o PSD – Partido Social Democrata, quer fosse o Partido Socialista. -----

----- No uso da palavra e no tocante à Igreja Matriz de Santo Aleixo da Restauração, o senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, transmitiu estarem dispostos a intervir e a manifestar onde quer que



fosse uma vez que estavam a lutar pelas suas terras, independentemente do partido que estivesse no poder. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra realçou que o executivo foi eleito pela população do Concelho de Moura e aquilo que os movia e interessava desde o primeiro até ao último dia de mandato, era a vontade de expressão da população, pelo que se orgulhavam em defender os interesses da terra e do concelho. Continuando e sobre a questão da Rede Natura e da ZPE (Zona de Proteção Especial,) indicou que a Câmara Municipal solicitou ao Grupo Parlamentar da CDU, que fosse recebida no parlamento, mas que até à data não obtivesse resposta, verificando-se assim a preocupação que a CDU em Lisboa tinha com os problemas locais do Concelho de Moura. Para concluir, frisou que iriam até às últimas consequências na defesa das duas igrejas, alegando que quando houvesse iniciativas no terreno, teria o prazer de ter os eleitos da CDU ao seu lado, no pedido de contestação, bem como todos os eleitos da Assembleia Municipal de Moura. -----

----- No que dizia respeito à Rede Natura, o eleito João Ramos aludiu que a CDU fez e continuava a fazer o seu trabalho, sem se envergonhar daquilo que foi o trabalho desenvolvido pela coligação. Continuando, lembrou que há cerca de dois anos a CDU e o Grupo Parlamentar do PCP, apresentaram na Assembleia da República uma proposta para intervenções no âmbito da Rede Natura, nomeadamente o plano de gestão para a Rede Natura, proposta essa que o Partido Socialista votou contra, argumentando que o partido já detinha uma solução para a Rede Natura, e tendo o senhor Presidente da Câmara reunido com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acrescentou que o mesmo havia de ter informações sobre as soluções para a nossa região e para como ultrapassar as dificuldades e limitações que a Rede Natura colocava às nossas populações. -----

----- O senhor Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, interveio para referir que discordavam da oposição porque independentemente do partido para o qual tinham sido eleitos e caso não



concordassem com a decisão tomada pelo poder central, eram autónomos e tinham o direito de manifestar a sua opinião e lutar por ela. -----

----- Para clarificar a posição do Partido Socialista na Assembleia da República há dois anos e para que ficasse registado em ata, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse: *“Nós não descaracterizamos qualquer iniciativa que a CDU tenha tomado no passado, no que toca à questão da Rede Natura e da ZPE agora, achamos é que devemos trabalhar de uma forma diferente e nunca se trabalhou de uma forma tão efetiva como aquela que se fez durante o último ano, em que juntámos o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), juntámos a DRAPAL (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo), juntámos as duas maiores cooperativas dos municípios associados e os três municípios associados e sabe o que mais? Nós até convidámos o Município de Serpa para integrar este grupo de trabalho, eu próprio insisti por duas vezes com o meu colega de Serpa que tem 1% do território ocupado e até hoje ainda não me deu resposta. Portanto nós não funcionamos como se os outros não existissem à nossa volta, funcionamos de forma diferente, envolvemos toda a gente e o trabalho está feito, e está tão bem feito que por iniciativa parlamentar e através de reuniões que continuamos, insistentemente a querer que as pessoas tenham connosco, continuamos de facto a fazer esse trabalho. Foram importante os alertas que se fizeram na altura, sem dúvida nenhuma e não os desqualificamos, estão em causa os interesses do município e do Concelho de Moura, mas nunca se fez um trabalho tão efetivo como este que se fez durante o último ano, tanto assim foi que há um conjunto de medidas que de alguma forma vão ao encontro daquilo que eram as nossas expetativas e contamos muito com a CDU e por isso eu fiz este pedido ao João Ramos, e contamos muito com a CDU, como é óbvio, para que, vamos lá ver, os problemas do mundo rural, os problemas dos nossos municípios não são apenas problemas para quem está no governo, é um problema de todos aqueles que são eleitos pelos municípios do interior do país, e hoje a ameaça que os municípios do interior do país e que o mundo rural está a sofrer, e temos tido várias intervenções nesse sentido na defesa do mundo rural, é um problema de todos, não é apenas um*



problema do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, é um problema de todos, da CDU também, e quanto mais concertados nós estivermos neste aspeto melhor será, daí o nosso pedido de reuniões com todos os grupos parlamentares, até os indivíduos do PAN (Pessoas-Animais-Natureza) a gente pediu audiência, atenção com todos, na hora de falar, falamos com toda a gente, não deixamos ninguém de parte.” -----

----- O vereador Manuel Bio no uso da palavra, reformulou o pedido efetuado pelo senhor Presidente da Câmara, para que o Grupo Parlamentar da CDU recebesse o executivo de Moura, pois era importante que o mesmo fosse recebido por todos os grupos parlamentares para que todos juntos pudessem fazer grande pressão sobre o tema, pois estamos a falar dos interesses maiores do Concelho de Moura, de políticas centrais ou europeias que estavam a afetar o mundo rural, acrescentando ser o momento indicado para ser debatido, pois se o mesmo passa-se para o novo quadro comunitário, iriam-se confrontar com um “deserto” até cinco anos em termos de apoio aos agricultores do concelho, bem como não seria possível alterar alguma coisa daquilo que era a gestão territorial do município. Continuando, mencionou que da reunião realizada com a Secretária de Estado do Ordenamento do Território, havia o compromisso de que até setembro, o Plano de Gestão da Rede Natura Mourão – Moura, seria lançado, mas para além da Rede Natura, o executivo lançou o desafio de projetar um projeto piloto, dentro da ZPE de um plano de gestão conjunto dentro dos municípios e do poder central, para que se pudesse ter uma palavra a dizer sobre o nosso território, mas para se conseguir esse objetivo a Câmara Municipal necessitava do apoio de todos os grupos parlamentares. -----

----- Relativamente à última intervenção efetuada pelo senhor Presidente da Câmara, o eleito Francisco Farinho lembrou que da reunião realizada com os agricultores da Herdade dos Machados, a Comissão de agricultores convidou os três deputados eleitos pelo Distrito de Beja, dos quais o deputado do Partido Socialista além de não ter aparecido, efetuou, posteriormente, uma reunião à porta fechada com os respetivos agricultores na Comoiprel. -----



----- Em resposta à interpelação do eleito Francisco Farinho, o senhor Presidente da Câmara referiu que a reunião com o deputado do Partido Socialista foi realizada no edifício da União de freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, com os agricultores da Herdade dos Machados e que o mesmo teve várias iniciativas no parlamento, pelo que a defesa dos agricultores não era apenas do eleito, mas sim de todos. -----

----- O Senhor Presidente informou que os trabalhos iriam ser interrompidos por um período de cinco minutos. -----

----- Após a interrupção dos trabalhos o Senhor Presidente deu seguimento à sessão. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **4. Proposta de Transferência de Competência de Harmonia com o artigo 4º, n.º 2, alínea b) da Lei N.º 50/2018 de 16 de agosto. (DOC.05/18)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- Relativamente à deliberação de não-aceitação da transferência de competências previstas para o ano de dois mil e vinte e ao documento em apreciação, o eleito João Ramos transmitiu existir uma discrepância na redação da deliberação, uma vez que o decreto-lei n.º 21/2019 sobre a Educação não constava da mesma, pelo que gostaria de saber se tinha sido lapso de redação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra disse ter sido por lapso e que posteriormente a redação da deliberação de câmara iria ser retificada, acrescentando que a autarquia questionou a tutela sobre cada um dos pontos que faziam parte da delegação de competências ligadas à educação, tendo a mesma transmitido que o quadro inicial com as transferências era aquele que faria fé. -----



----- O senhor Presidente da Câmara solicitou uma pausa de cinco minutos, para clarificação da questão, que lhe foi concedida. -----

----- Após a interrupção dos trabalhos o Senhor Presidente deu seguimento à sessão, informando que a metodologia de votação iria ser efetuada separadamente, tal como aconteceu em reunião de Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- Deliberado por **unanimidade**, com vinte e seis votos a favor, **aprovar** a não-aceitação da transferência de competências previstas nos seguintes diplomas setoriais: decretos-lei n.º 97/2018; 98/2018; 100/2018; 101/2018; 103/2018; 104/2018; 105/2018; 106/2018; 107/2018; 20/2019; 21/2019; 23/2019 e 58/2019, tendo como consequência a não-aceitação do exercício dessas competências no ano de dois mil e vinte. -----

----- Deliberado por **unanimidade**, com vinte e seis votos a favor, **aprovar** a não-aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, tendo como consequência a não-aceitação do exercício de competências no domínio da Educação, para o ano de dois mil e dezanove. -----

----- Deliberado por **maioria**, com dezasseis votos a favor e dez votos contra, **aprovar** a aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019, tendo como consequência a aceitação do exercício das competências no domínio da Cultura, para o ano de dois mil e vinte. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- 5. Proposta de aprovação da versão final da alteração ao Plano Diretor Municipal de Moura. (DOC.06/18) -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----



----- Face ao documento em apreciação, o eleito João Ezequiel Gomes, no uso da palavra disse que a alteração proposta tinha unicamente a ver com determinados atos praticados pela Câmara Municipal, que segundo o Ministério Público e o Tribunal foram considerados ilegais. Continuando, referiu que os atos eram referentes a nove licenciamentos de construção entre dois mil e dois e dois mil e seis, os quais resultaram de uma inspeção do Governo com a consequente notificação ao Ministério Público que após o processo ter sido encaminhado para o tribunal, resultou numa sentença, sentença essa em que a autarquia foi notificada a repor os terrenos tal como estavam, devido aos atos terem sido considerados nulos anteriormente ao licenciamento, ou seja, a sentença iria obrigar a demolir as construções e a Câmara Municipal a indemnizar os munícipes que ficariam privados das suas habitações. Prosseguindo, salientou que a alteração proposta era uma proposta inteligente, dado que mudava o estatuto das áreas incluindo-as no PDM (Plano Diretor Municipal) e resolvendo o problema existente. Por último e uma vez que a Câmara Municipal de Moura era muitas vezes acusada da minuciosidade com que pedia pareceres, vistorias e licenças colaterais para imitar uma licença, questionou o executivo sobre o que é que efetivamente, segundo a autarquia, aconteceu entre dois mil e dois e dois mil e seis para ter havido aquela ilegalidade para com os referidos nove licenciamentos de construção, se foi negligência, incompetência ou até mesmo lapso de quem na altura geria a autarquia. -----

----- Em resposta à interpelação do eleito João Ezequiel Gomes, o senhor Presidente da Câmara comunicou que foi um dos processos mais difíceis com que o executivo se deparou no início do mandato após a sua tomada de posse, pois devido à ausência de um documento instrutório nos processos que informava que o proprietário tinha a condição de agricultor, os munícipes lesados queriam que a situação fosse resolvida o mais rapidamente possível, uma vez que se tratava de nove processos urbanísticos que foram considerados atos nulos, aditando que apesar de a Câmara Municipal continuar a receber pedidos de informação constante, fez o que lhe competia na defesa dos munícipes lesados e na legalização da situação. Retomando, reportou



que o que interessava ao tribunal era que se cumprisse e se executasse a sua ordem e apesar do assunto estar longe de ficar concluído, aquilo que a autarquia efetuou com a CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) juntamente com todas as partes interessadas foi avançar na resolução dos problemas, observando que posteriormente, para se ter as autorizações de utilização das edificações construídas, a Câmara Municipal iria ter que instruir e promover os processos de licenciamento, tal como justificar ao tribunal que a autarquia e o executivo estava a resolver os problemas existentes e encontrando uma solução para que seja feita a sua legalidade. Prosseguiu, mencionando que para resolver o problema foi criada uma exceção na alteração ao PDM, em que se aplicava um conjunto de normas sobrevenientes através do PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo) e do SNDFCI (Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios) que de alguma forma, através da respetiva exceção, se iria conseguir legalizar a situação dos munícipes, não só dos nove processos em causa, mas também de um conjunto de candidaturas que foram submetidas ao PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural), que estavam interrompidas devido ao PDM de Moura não auxiliar para que os processos pudessem ser enquadrados. Por último, referiu que para se resolver os problemas existentes quer das edificações dos munícipes, quer das candidaturas dos agricultores que estavam em “stand by”, houve a necessidade de revogação do 12º artigo do PDM de Moura, uma vez que o respetivo artigo impedia que a autoridade de gestão validasse as candidaturas e que os processos decorressem normalmente para se obter a sua validação. -----

----- O vereador Manuel Bio interveio congratulando o trabalho efetuado pelos técnicos da Câmara, pois tal como o eleito João Ezequiel Gomes questionou sobre o licenciamento de nove casos, o processo era extremamente difícil de resolver porque na verdade encontravam-se declarados atos nulos e perante a legislação atual seria impossível legalizar as habitações, tendo a autarquia a responsabilidade de encontrar uma solução para resolver o problema. Relativamente aos projetos nas áreas agrossilvopastoris, esclareceu que os serviços centrais do PDR2020 estavam a



cancelar todos os pagamentos de projetos de investimentos, uma vez que entendiam que estando os projetos de olivais dentro de áreas agrossilvopastoris, não eram elegíveis para serem apoiados financeiramente. Para concluir, mencionou existir um conjunto de agricultores que tinham os seus projetos pendentes, mas a autarquia estava confiante que o problema quer das habitações, quer dos projetos em áreas agrossilvopastoris iria ser resolvido. -----

----- O senhor Presidente da Câmara clarificou não ter havido qualquer tipo de reclassificação do solo, mas sim a criação de uma enorme exceção que iria permitir a resolução definitiva dos problemas existentes, embora ainda houvesse muito trabalho a efetuar, salientando ter sido exemplar o trabalho elaborado pelos técnicos da autarquia e a forma como os mesmos se conseguiram articular com a CCDR Alentejo. -----

----- Considerando que haviam várias referências de que não existia vontade do anterior executivo em resolver a situação e para que fosse efetuada essa clarificação, o eleito João Ramos solicitou através da Mesa da Assembleia Municipal que a autarquia entregasse um memorando relativamente a tudo aquilo que foi o processo em discussão, de modo a perceber quando se iniciou o processo e quando se começou a laborar nas soluções, acrescentando que anteriormente foram efetuados estudos e trabalho para que se encontrassem soluções no que dizia respeito à referida matéria. --

----- O senhor Presidente da Câmara informou que iriam entregar o memorando por escrito conforme solicitado, reportando que o trabalho efetuado foi o trabalho que os advogados desenvolveram ao longo dos anos em sede de tribunal, o qual levou a três instâncias, a uma sentença final e posteriormente ao supremo. Por último fez menção que ainda havia um trabalho por executar, trabalho esse que iria ser feito e cumprido na resolução do problema dos munícipes em causa. -----

----- Para esclarecer, o eleito Amílcar Mourão questionou se toda a situação se deveu ao não cumprimento de uma norma na constituição dos processos. -----

----- Indo de encontro à questão colocada pelo eleito Amílcar Mourão, o senhor Presidente da Câmara mencionou que existia um documento instrutório que não estava incluído nos processos, ou seja, havia um ato nulo em cada um dos processos e a



partir daí a autarquia tinha que arranjar uma solução legal que permitisse regularizar a situação, tal como iniciar todos os processos, projetos e tudo o que envolvia, bem como a sua validação. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- Deliberado por **unanimidade**, com vinte e seis votos a favor, **aprovar** a versão final da alteração ao Plano Diretor Municipal de Moura, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. ---- -----

----- **6. Proposta de Consolidação de Contas do Grupo Município de Moura (Município de Moura - Lógica, E.M. - Contenda, E.M. - Comoiprel - REGICOOP) referente ao ano 2018. (DOC.07/18)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- Deliberado por **maioria**, com dezasseis votos a favor e dez abstenções, **aprovar** a proposta de Consolidação de Contas do Grupo Município de Moura, referente ao ano de dois mil e dezoito, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. ---- -----

----- **7. Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Construção de uma Central Fotovoltaica. (DOC.08/18)** -----



----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- No uso da palavra, o eleito Rui Bebiano comunicou que a CDU congratulava-se por mais um projeto na área solar no Concelho de Moura, e tendo sempre apostado nas energias solares e fotovoltaicas, não alteravam a sua posição, pelo que acompanhavam a proposta apresentada. Seguidamente e face ao documento em apreço, existiam algumas questões, às quais gostaria que fosse esclarecido, uma vez que eram efetuadas algumas considerações no que dizia respeito ao impacto da operação sobre as condições socioeconómicas do concelho, nomeadamente e tal como estava referenciado que a utilização da central, apostava na criação de competências no concelho ao nível da formação e investigação de energias a partir do aproveitamento das fontes renováveis, questionou se a autarquia previa o envolvimento quer da Lógica-Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M., quer dos técnicos que tinham “*know-how*” na empresa, no assunto da nova central fotovoltaica. Continuando e estando previsto que durante a fase de construção seria utilizada prioritariamente mão-de-obra local e empresas da região, privilegiando desempregados e minorias étnicas, perguntou se era uma simples declaração de intenções ou se a Câmara Municipal garantiu que de facto era um compromisso da empresa. Para finalizar e considerando que era intensão da DURHAM PORTUGAL, UNIPessoal, LDA., que a sede da sociedade passa-se a ser no Concelho de Moura com todas as implicações fiscais dali decorrentes, gostaria de saber se existia algum compromisso fixo da empresa relativamente à fixação da sede da sociedade no nosso concelho. ----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para informar que no início do mandato, em reunião com a doutora Teresa Ponce de Leão, o executivo deu a conhecer quais as intenções e a vontade da autarquia para viabilizar a Lógica. Sobre as questões colocadas pelo eleito Rui Bebiano e no tocante à Lógica, referiu que não houve conversações com a empresa e não se previa o seu envolvimento na construção da nova central fotovoltaica, embora futuramente o objetivo fosse colocar a Lógica ao dispor de quem quisesse investir no Concelho de Moura, como interlocutor de



investigação e desenvolvimento. Relativamente à mão-de-obra disse ser importante que as empresas apresentassem a intenção de a mesma ser local, salientando que a Câmara iria estar atenta e acompanharia todo o processo, pois era importante que fossem criados alguns postos de trabalhos, embora temporários, mas que após a implementação e o funcionamento da central, alguns desses postos de trabalho deixassem de ser provisórios passando a ser permanentes. Considerando que a empresa DURHAM não conversou nem expressou à autarquia a sua intenção de fixar a sede da sociedade no Concelho de Moura, mencionou que posteriormente iria colocar a questão à empresa. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- Deliberado por **unanimidade**, com vinte e seis votos a favor, **aprovar** a proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal da construção da Central Solar Fotovoltaica no Prédio Rústico n.º31, secção D, denominado "Herdade de Leite Coito" na União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

----- De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**Doc. 09/18**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada** por **unanimidade**, foi assinada pelo Presidente Francisco Valadas Moreno Cerejo e pela Segunda Secretária, Raquel do Carmo Gomes Martins. -----

----- ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

----- Eram vinte e três horas e trinta minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezanove, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente,  -----

----- A Segunda Secretária, Regina do Carmo Gomes Florim -----